

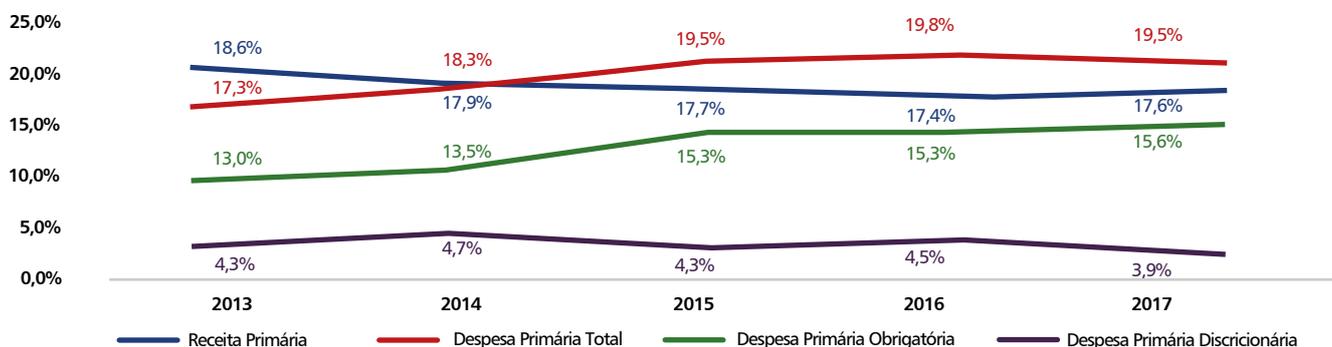
POLÍTICA FISCAL

A política fiscal tem como objetivo a promoção da gestão financeira equilibrada dos recursos públicos, visando assegurar a estabilidade e o crescimento econômico, o financiamento das políticas públicas e uma trajetória sustentável da dívida pública. As metas fiscais servem como parâmetros para dar confiança à sociedade de que o governo garantirá as condições necessárias à estabilidade econômica e ao controle do endividamento público. Em razão da importância desses indicadores, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas de resultado primário e nominal para o exercício a que se referem e para os dois seguintes.

O resultado nominal representa a diferença entre receitas e despesas totais no exercício. O resultado primário surge do confronto de receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida. Sua apuração fornece uma avaliação do impacto da política fiscal nas contas públicas. Os superávits primários contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, os déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida líquida, resultante do financiamento de gastos primários (despesas não financeiras) que ultrapassam as receitas primárias (receitas não financeiras).

Desde 2014, há um descolamento significativo entre receitas e despesas primárias em percentual do PIB, que se justifica tanto pela elevação das despesas primárias obrigatórias no período analisado, quanto pela queda da arrecadação federal em virtude da crise econômica. As despesas discricionárias, por sua vez, apresentam certa estabilidade entre os anos de 2013 e 2016 e se reduzem de forma significativa em 2017.

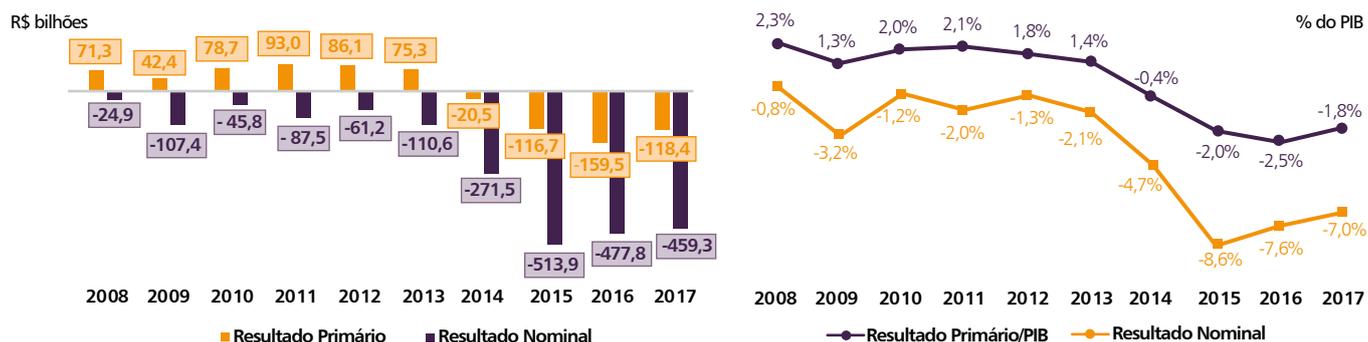
Receitas e Despesas Primárias em percentual do PIB – 2013 a 2017



Fonte: Ipea, IBGE e STN.

O gráfico abaixo apresenta a trajetória do resultado primário de 2008 a 2017, passando de um resultado superavitário de R\$ 71,3 bilhões para um resultado deficitário de R\$ 159,5 bilhões em 2016, o qual diminuiu para R\$ 118,4 bilhões em 2017. Observa-se uma deterioração da situação fiscal do País a partir de 2013, que apresentava, àquela ocasião, um resultado primário superavitário de R\$ 75,3 bilhões.

Resultado Primário e Nominal do Governo Central – 2008 a 2017

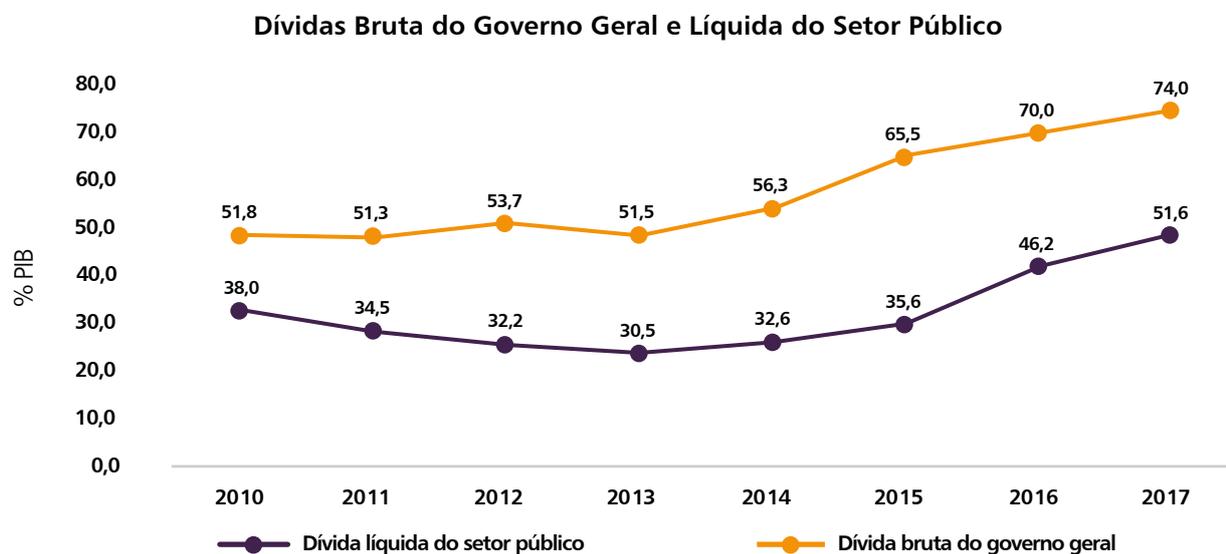


Fontes: STN e Bacen.

DÍVIDA PÚBLICA

Dívida pública é o montante levantado pelo governo junto ao setor privado ou às agências multilaterais, para financiar suas ações. Para tanto, o governo assume contratos de empréstimos e financiamentos e emite títulos que variam na maturidade, no modo como são vendidos e na forma como seus pagamentos são estruturados.

A mensuração da dívida pública restringe-se ao setor público não financeiro e sua compilação varia de acordo com a metodologia empregada, os entes da Federação abrangidos, a perspectiva bruta ou líquida e a exclusão ou não de algumas empresas.

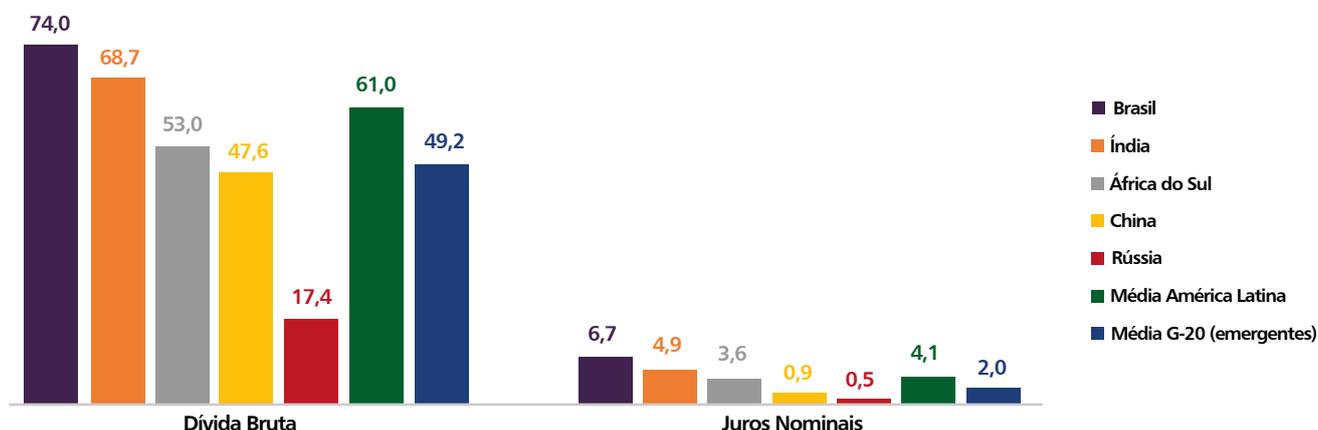


Fonte: Bacen.

O endividamento bruto do governo central (DBGC) alcançou R\$ 4,6 trilhões ao final de 2017 (69,8% do PIB), elevando-se em quatro pontos percentuais do PIB relativamente a 2016. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que abrange todos os entes federados, por sua vez, alcançou 74% do PIB em 2017. O aumento do endividamento bruto decorreu, principalmente, do impacto da dívida mobiliária do Tesouro Nacional, das operações compromissadas do Bacen e do aumento da dívida bancária dos governos estaduais.

O expressivo endividamento nacional é fortemente pressionado pelas altas taxas de juros nominais pelas quais o Brasil remunera seus credores. Os juros nominais do governo geral pagos em 2017 alcançaram o montante de R\$ 439,8 bilhões, o que equivale a 6,7 % do PIB. O Brasil apresentou em 2017, em termos de proporção do PIB, o segundo maior percentual de juros nominais entre os países emergentes e de renda média, ficando atrás apenas do Egito, e situa-se entre os seis mais endividados desse grupo.

Dívida Bruta e Juros Nominais em % do PIB – 2017 Comparativo Brasil - BRICs, média América Latina e Média G-20



Fontes: Monitor Fiscal do FMI - Outubro/2017 e Notas para Imprensa do BACEN - Janeiro/2018